

29/09/2017

Com um média de 16 homicídios por dia, a violência no Estado de Pernambuco vem crescendo a um ritmo três vezes superior ao do Rio de Janeiro este ano. De janeiro e julho, o número de assassinatos no Estado, que desde 2014 vêm subindo ininterruptamente, avançou alarmantes 37,8% em relação ao mesmo período do ano passado. No Rio, o crescimento foi de 12,6%.

Segundo informações da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), foram 3.322 crimes intencionais letais (inclui homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e morte em confronto com policiais) de janeiro da julho em Pernambuco contra 3.911 no Rio.

Em termos relativos, a comparação entre os Estados mostra que a violência em Pernambuco é mais crítica - já que a população é 44% menor -, algo que foi reconhecido pelo próprio ministro da Justiça, Raul Jungman, em recente entrevista a uma rádio local. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera como "aceitável" uma taxa de até 10 homicídios a cada 100 mil habitantes. No Brasil, o índice gira em torno de 29 mortes a cada 100 mil habitantes, um patamar de países que estão em guerra. No Rio, a taxa é de 40 e, em Pernambuco, de quase 57, considerando os últimos 12 meses.

Como resposta aos números, o governador Paulo Câmara (PSB) tem direcionado esforços para fortalecer o efetivo policial e já anunciou até a criação de um Batalhão de Operações Especiais (Bope), a exemplo do que existe no Rio. Em paralelo, o governo está aumentando o número de policiais em 4.300 homens - o efetivo total no momento conta com 25 mil homens das polícias militar e civil - e investindo R\$ 290 milhões na renovação de toda a frota das polícias e compra de equipamentos.

Mas os resultados ainda não estão aparecendo. Em agosto, Pernambuco somou 413 assassinatos, o pior número para o mês nos últimos sete anos, embora tenha havido recuo em relação a julho. Mesmo faltando quatro meses para encerramento do ano, o número de

homicídios no Estado até agosto - 3.735 mortes - já superou o total registrado em todos os anos do período 2010 a 2014.

Os dados são um prato cheio para que a oposição ao governador, liderada pelo deputado Sílvio Costa Filho (PRB), solicitasse publicamente que Câmara pedisse ajuda da Força Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça, assim como já fez o Rio.

Câmara, que considerou a solicitação dos adversários de cunho "eleitoral", não deu prosseguimento ao pedido. "Ninguém está escondendo que estamos com muitos desafios na segurança, não escondemos nada. Agora nós temos responsabilidade no tema com a população de Pernambuco, e não com para uma minoria de pessoas que só pensam em eleições", afirmou ao jornalistas, durante formatura de uma nova turma de policiais militares.

Para José Luís Ratton, professor do departamento de sociologia da **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, a solicitação da Força Nacional seria "equivocada e insensata", pois "militariza" uma situação que exige atuação estruturada e sistêmica. "Trezentos ou quatrocentos homens que não conhecem o Estado não resolverão um problema que não é apenas policial", afirmou Ratton.

A recente disparada dos homicídios em Pernambuco, Estado que historicamente apresenta índices de violência acima da média nacional, coincide com início da crise econômica e com o que Ratton chama de "desmonte" do programa Pacto pela Vida.

O programa, que era a vitrine da gestão do ex-governador e candidato a presidência Eduardo Campos (morto em 2014 em acidente aéreo) vinha sendo case de sucesso mundial ao reduzir os índices de assassinatos em Pernambuco, enquanto nos outros Estados do Nordeste os números continuavam a subir.

Segundo Ratton, de lá para cá, houve desmantelamento da capacidade de investigação de homicídios um desvio de foco para apreensão de drogas. "Houve uma perda da governança da segurança pública", afirma o sociólogo, que aponta ainda a ausência de um programa de prevenção à violência no Estado.

O governador de Pernambuco diz que o Pacto pela Vida é constante, com reuniões semanais e estabelecimentos de metas. Em uma declaração confusa sobre o assunto, afirmou que "o Pacto está certo, os resultados não estão favoráveis".

Em nota, a Secretaria de Defesa Social do Estado defende a criação de um fundo nacional para financiar a área, como ocorre na saúde e na educação, alegando que hoje os Estados custeiam praticamente sozinhos a mais onerosa das pastas.

O órgão diz ainda que "também se faz necessária e urgente a implantação de um plano nacional, capitaneado pela União, para integrar as ações de combate ao crime organizado, melhor proteger as fronteiras e criar mais vagas em presídios federais".

[Link da Matéria](#)